

As reuniões seguintes foram conduzidas de forma mais dinâmica, sendo sugerido que os Programas se preparassem internamente para as discussões, inclusive elaborando documentos específicos para subsidiar as análises - tanto as do tema central como as dos assuntos pertinentes à área.⁴⁰

Durante a 13ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Belo Horizonte - de 15 a 19/10/1990 - a pauta da Reunião de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação foi sintetizada "consensualmente" em dois tópicos: a) ANPEd como Instância de Definição da Política de Pós-Graduação; b) Articulação dos GTs e Coordenação dos Programas.

É fundamental destacar que se estava levando à prática as conclusões do Encontro de Avaliação e Planejamento da ANPEd, realizado em São Paulo por iniciativa da Diretoria que assumira o mandato para o período 1989/1991. Nesse encontro, foi discutido e proposto um novo formato para os encontros da ANPEd; decorre daí a Proposta de uma "Nova Concepção de Reunião Anual" aprovada na Assembléia Geral de 1991 e implantada a partir da 15ª Reunião Anual (1992).

A discussão do tópico "ANPEd como Instância de Definição de Política de Pós-Graduação" foi desdobrada em itens que envolveram tal complexidade que o grupo foi levado a considerar que essa questão deveria ser encaminhada à ANPEd e aos PPGEs. Foi, assim, deliberado formular uma proposta de um encontro para debater e subsidiar as novas diretrizes e políticas de Pós-Graduação na área, com preparação prévia e presença de todos os programas.⁴¹

Assim, foi programada a "Reunião Técnica Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação, para discutir a Política de Pós-Graduação e Pesquisa" na área, realizada na Faculdade de Educação da UNICAMP, de 10 a 12/4/91.⁴²

Os Coordenadores de Programas chegaram ao final da Reunião Técnica de Campinas (1991) com um texto⁴³ de CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES, reportadas aos seguintes temas:

- a) Política de Pós-Graduação e Pesquisa;
- b) Avaliação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação;
- c) Relação entre a ANPEd, os Programas de Pós-Graduação e os Órgãos Governamentais e suas Agências;
- d) Articulação entre os Programas e Cursos de Pós-Graduação, Grupos de Trabalho da ANPEd e a Própria ANPEd;

As conferências apresentadas nessa Reunião Técnica, bem como suas Conclusões voltaram ao debate nas Reuniões de Coordenadores dos Programas, realizadas de 13 a 15/9/92, durante a 15ª Reunião Anual da ANPEd. Esta reunião estava programada para tratar de:

- a) A Questão da Avaliação Interna dos Programas;
- b) A ANPEd e os Comitês Assessores;
- c) Pós-Graduação e Socialização do Conhecimento.

Nesse encontro foi programada a realização da 2ª Reunião Técnica Nacional de Coordenadores, a realizar-se no primeiro semestre de 1993.⁴⁴

A seguir, uma indicação que traduz bem a trajetória dos PPGEs vivida nos primeiros quinze anos da ANPEd em busca da consolidação da Pós-Graduação em Educação e de sua pesquisa:

"Diria, pois, que embora a Pós-Graduação tenha-se iniciado pelo alto e se fortalecido pelo Estado, hoje se percebe nela um caminho

processual de 'poliarquia'. Ela está se 'ocidentalizando' cada vez mais; e aparecem vários segmentos dispostos a se tornarem 'aparatos privados' de hegemonia, devido à pluralidade de vozes e à complexidade da área.

De um lado, caminhamos para isso, e vamos conseguindo superar uma certa 'sociedade civil gelatinosa', que se vai mostrando como um poder ascendente; mas de outro, a reversibilidade e a fugacidade de determinadas iniciativas do Estado Capitalista também nos colocam em estado de defesa, a partir da consciência de que não haverá autonomia científica sem pesquisa básica e não haverá pesquisa sem recursos públicos.

Pode-se, pois, inferir dessas considerações, se procedentes, que uma política de Pós-Graduação em Educação não depende mais só do Estado, quaisquer que sejam suas iniciativas. Já se conta com outros pólos divergentes ou não de poder, que buscam a realização de interesses, finalidades e objetivos".⁴⁵

Agora, iniciava-se uma outra fase, na qual certamente estavam mais evidentes a complexidade da pesquisa e a convicção de que é necessário dar conta do próprio conceito de Pós-Graduação em Educação para assegurar a sua qualidade.

Com essa convicção, foi criado o FÓRUM de Programas de Pós-Graduação, que passaria a estimular e a divulgar a discussão visando ao seu aprofundamento e às possibilidades de avanços do sistema como um todo e de cada Programa com suas especificidades.

"A necessidade de um Fórum específico para essa discussão foi determinada pelo fato de não se poder ignorar que, após mais de 20 anos do estabelecimento dos cursos de PG no Brasil e da sua crescente expansão, tornou-se imperativa uma avaliação desse mesmo

processo de expansão e de se dimensionar a direção que a própria pressão social, os novos paradigmas emergentes e as necessidades históricas colocam como desafios para os Programas e para as Universidades Brasileiras hoje.

Questões como natureza da PG, institucionalização e exigências da especialização, grau de exigência dos cursos de Mestrado/Doutorado, relação com as agências de fomento, articulação e relacionamento entre os Programas e os Departamentos nas IESs e suas Pró-Reitorias, relações nacionais e internacionais, relações interprogramas, sistema de informação e de bibliotecas, constituem, dentre outros, desafios cotidianos aos Programas, de um lado, e abrem perspectivas de crescimento em nível de intercâmbio, de outro, desde que administrados de modo orgânico. (...)

Decidiu-se pela estrutura de FÓRUM e não de grupo de trabalho por duas razões fundamentais. A primeira se referia a uma ordem prática: como Fórum, o encontro é aberto a todas as pessoas interessadas em participar da discussão dos rumos da Pós-Graduação independentemente de qualquer vinculação formal a um Programa específico. De outro lado, como Fórum, passar a ter agenda própria no interior da reunião da ANPEd, o que não impediria aos Coordenadores de Programa a participação, ainda que restrita, a Grupos de Pesquisa vinculados a seus interesses profissionais específicos".⁴⁶

O Fórum foi instalado em Belo Horizonte em abril de 1993. Trabalhou com uma temática provisória até setembro (reunião da ANPEd). Por ocasião da 16ª Reunião, de 12 a 16/9/93, apresentou-se com uma pauta densa, tratando do tema - Desafios para a Pós-Graduação em Educação no Brasil.

Na Reunião Técnica⁴⁷ que teve lugar em Belo Horizonte - 18 a 19/8/94 - com a participação da Diretoria da ANPEd, Coordenadores de Programas e Representantes do CNPq e da CAPES, foram definidas a organização e a estrutura do Fórum, como se segue:

"a) Objetivos do Fórum

1. Servir como contato direto entre os Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação.
2. Servir como fonte de conhecimento sobre políticas nacionais referentes à Pós-Graduação e sobre a atividade de Coordenação;
3. Servir para monitorar as agências que operam na área e encaminhar queixas e reivindicações.

b) A relação com a ANPEd

Foi determinado que o Fórum é uma parte integrante da ANPEd, sendo ele uma reunião dos membros institucionais dessa Associação. Assim, os programas de Pós-Graduação não formalmente filiados à ANPEd não serão considerados membros pelo Fórum.

c) Recursos financeiros

Os custos associados à Coordenação e Administração do Fórum serão arcados pela ANPEd. Cada programa terá que arcar com as despesas de locomoção do seu Coordenador, para que este assista à reuniões. Porém, à medida que os recursos permitam, a ANPEd ajudará e a Coordenação do Fórum encaminhará um projeto para órgãos de fomento, para captar recursos suplementares.

d) Periodicidade e época

Foi determinado que o Fórum tivesse duas reuniões por ano: uma reunião para assuntos substanciais, durante o primeiro semestre, preferencialmente no mês de maio, e uma segunda reunião, de curta duração, logo antes ou logo depois da Reunião Anual da ANPEd.

e) Mandato de Coordenador e Vice-Coordenador

Foi decidido que o Coordenador tivesse mandato de 1 ano, sendo que o Vice-Coordenador eleito assumirá a posição de Coordenador no ano subsequente a seu mandato como Vice. Assim sendo, após uma eleição para Coordenador e Vice-Coordenador, será eleito apenas um Vice-Coordenador em cada ano subsequente".⁴⁸

Ainda em 1994, durante a 17ª Reunião Anual, os Coordenadores de Programas reuniram-se⁴⁹, propondo a seguinte pauta para discussão:

- a) Política de Bolsas da CAPES;
- b) Eleição para o Comitê Científico do CNPq;
- c) Implantação de Rede ANPEd.

O Fórum vem atuando como um instrumento "para a melhoria da produção científica da área, bem como para o estabelecimento de uma Política de Pós-Graduação em Educação no Brasil, discutindo a Especialização, a expansão dos Cursos de Doutorado, e uma mais clara definição das exigências relativas às Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado. (...) (Tem trabalhado ainda pela) incorporação de novos docentes e pesquisadores, relações internacionais e relações com as Agências de Fomento".⁵⁰

Procuramos informar, nessa versão sintética, os desdobramentos produzidos na ANPEd pelos Coordenadores de Programas por meio de suas Reuniões Técnicas, nas Reuniões Anuais e em diferentes momentos da vida da Associação.

C - GTs - Espaços para Refletir sobre a Educação e a Sociedade

Com esta breve sinalização sobre os GTs, queremos apenas destacar a posição que eles ocupam na ANPEd. Sobre a história e formato atual desses grupos, estão sendo publicados trabalhos específicos a cargo de seus respectivos Coordenadores.

"A idéia do GT surgiu antes de assumirmos a Secretaria-Geral da ANPEd, quando tivemos uma reunião aqui no Mestrado para avaliar as reuniões científicas da Associação. Conversamos muito sobre a necessidade de a ANPEd ter um espaço onde as questões teórico-metodológicas e os resultados da pesquisa fossem discutidos. Não podia ser um espaço aberto coletivamente, pois isso exigiria uma reunião longa, o que seria impraticável.

Era importante ter um espaço para discussão de pesquisas semelhantes, o que possibilitaria um avanço nas áreas do conhecimento".⁵¹

No início (1981), eram oito grupos de trabalho - Educação do 1º Grau, Educação do 2º Grau, Educação Superior, Educação Popular, Educação e Trabalho, Educação Rural, Educação e Linguagem e Educação Pré-Escolar.

A avaliação dos GTs, em 1986, apontava para a necessidade de "discutir políticas ou prioridades de pesquisa; articular

mecanismos que garantissem um fazer contínuo; assegurar novas práticas e posturas que favorecessem o avanço do conhecimento a serviço da democratização da sociedade".⁵²

Na 9ª Reunião da ANPEd, os GTs, reunidos, considerando os resultados da avaliação, decidiram, juntamente com a Diretoria da Associação, estabelecer "Critérios para a criação e sugestões para o funcionamento dos Grupos de Trabalho":

"Considerando a experiência anterior, confrontada inclusive com a da ANPOCS, sugerem-se os seguintes critérios para criação e funcionamento dos Gts da ANPEd:

1º) Para criação de um novo Grupo de Trabalho, os interessados devem apresentar um projeto de trabalho ao Conselho Deliberativo da entidade, para análise, discussão e aprovação em Assembléia Geral.

2º) O período de Coordenação dos Grupos de Trabalho deverá ser de dois anos, podendo o Coordenador ser reconduzido apenas por igual período, caso o grupo assim considere oportuno.

3º) O encaminhamento dos trabalhos a serem apresentados nas Reuniões Anuais deverá ser realizado com uma antecedência mínima de 60 dias".⁵³

Para o "Encontro de Avaliação e Planejamento da ANPEd", que objetivava a tomada de decisões e novos encaminhamentos, e foi realizado na PUC/SP nos dias 30/11 a 1º/12/1989, a Diretoria (sétima Diretoria) que assumiu a ANPEd naquele ano convidou os Coordenadores de GTs, ex-Presidentes da entidade e outros representantes da Associação em programas específicos.

Na pauta da reunião, com seis pontos, destacava-se a "Avaliação dos GTs: o que representa para a ANPEd".

Como Propostas, ao final do Encontro, dentre outras sugestões, inscrevem-se:

- "Instituir um Comitê Científico (intergrupar) para análise dos trabalhos inscritos. O Comitê também sugerirá conjugações dos temas dos trabalhos com os GTs;

- Encomendar aos participantes do GT estudo/texto, acerca do estado da pesquisa no tema específico do grupo. Os *papers* encomendados deverão circular por todos os GTs;

- Além dos trabalhos nos GTs, prever grandes momentos (simpósios, painéis, cursos) para discussão de temas de relevância".⁵⁴

Este foi o passo inicial para a criação de uma Comissão composta pelos ex-Presidentes da ANPEd e um Vice-Presidente da oitava Diretoria - biênio 1991-1993⁵⁵ para realizar estudo avaliando a trajetória e estrutura atual dos GTs.

A Comissão reuniu-se na FaE-UFMG, em Belo Horizonte, nos dias 26 a 29 de maio de 1992, e elaborou o documento "Grupos de Trabalho da ANPEd: avaliação e proposta", no qual estão incorporados os seguintes aspectos⁵⁶:

- a) Função dos GTs;
- b) Critérios para Criação dos GTs;
- c) Critérios para Funcionamento dos GTs;
- d) Seleção de Trabalhos, Publicações, Intercâmbios e Relação com o Comitê Científico;

e) Sugestões para Financiamento;

f) Eleição do Coordenador, suas Tarefas, Relações Intergrupos e com a Diretoria da ANPEd.

O documento foi apresentado e discutido na 15ª Reunião Anual (1992), permitindo inovações importantes para o funcionamento dos GTs a partir do momento da sua aprovação como documento orientador.

Na 15ª Reunião, a ANPEd contou com um Comitê Científico em sua estrutura, especialmente para avaliação dos trabalhos a serem apresentados naquela Reunião Anual da Associação.

Prosseguindo no esforço que vem sendo feito pela ANPEd em gestões anteriores, de aperfeiçoamento do papel dos GTs, a Diretoria em exercício assumiu, como um ponto programático com os GTs, assegurar o estabelecimento de vínculos mais orgânicos - entre esses Grupos de Trabalho propriamente e destes com a Direção da ANPEd.

"Assim, procurou (a Diretoria) desde o início da sua gestão estabelecer contatos periódicos e regulares com os Coordenadores dos Grupos, programando reuniões que contaram, inclusive, com a presença de todos os Membros da Diretoria, visando a avaliar e planejar as atividades da entidade, no sentido de estimular as diversas áreas de pesquisa, garantir a dinâmica da produção científica, favorecer a articulação entre pesquisadores e a divulgação da produção científica da área.

Este procedimento demonstrou sua eficácia sobretudo na etapa preparatória das Reuniões Anuais, quando se definiu conjuntamente a sua programação. Foram estabelecidas as atividades relacionadas com a temática central do evento e outras, consideradas relevantes e de interesse geral, como as conferências, mesas-redondas e simpósios. Outro ponto importante foi a definição da agenda e das sessões especiais, com

pesquisadores convidados, congregando os GTs em torno de uma temática comum.

Essa experiência, não obstante a necessidade de aperfeiçoamento, apresentou pontos positivos por evitar dispersão de esforços, agregando grupos que têm interesses de pesquisa conjunta.

No tocante às atividades de intercâmbio de pesquisadores na área de Educação, na perspectiva de buscar uma melhor articulação entre GTs e os Programas de Pós-Graduação, foi possível programar, com bastante antecipação, a sua realização, a partir do interesse demonstrado pelos grupos.

Pode-se afirmar, sem dúvida, que a dinâmica assumida pelos encontros sistemáticos dos Coordenadores dos GTs, ao favorecer a manifestação dos interesses, críticas e sugestões de diversos grupos de trabalho, aponta para a consolidação de uma instância co-responsável pela formulação e execução da política científica da entidade, o que significa um avanço na consecução de seus objetivos".⁵⁷

Certamente, essa medida da Diretoria da ANPEd vem, por um lado, proporcionando a dinamização dos GTs como base de sustentação da Associação e, por outro lado, reforçando a obtenção de uma visão ampla das questões e temáticas priorizadas pelos GTs, seus avanços e dificuldades, proporcionando-lhes oportunidades de tomadas de decisões coletivas.

Faz parte desse processo o documento intitulado Histórico e avaliação dos Grupos de Trabalho⁵⁸ que será básico no estudo em curso sobre os GTs a ser concluído para a 18ª Reunião Anual - setembro de 1995.

D - Pontuando o Direcionamento da ANPEd

As indicações registradas para enunciar o crescimento e direcionamento da ANPEd, principalmente em termos de aperfeiçoamento do formato e dinâmica das Reuniões Anuais - das Reuniões Científicas de Coordenadores/Fórum e dos GTs entre outros - apontam para o esforço permanente desse coletivo em nortear-se pelos seus objetivos, indicados a seguir, como registrados nos documentos normativos:

- promover o desenvolvimento do ensino da Pós-Graduação e da pesquisa em Educação, procurando servir na orientação de sua consolidação e aperfeiçoamento, bem como estimulando experiências novas;
- assegurar o intercâmbio e a cooperação entre as instituições, os profissionais e estudantes da Pós-Graduação e a pesquisa em Educação;
- fomentar a produção de trabalhos na área educacional, facilitando também sua difusão e intercâmbio;
- estimular as atividades de Pós-Graduação e pesquisa em Educação para responder às necessidades concretas das comunidades locais e regionais, valorizando, inclusive, a cultura nacional e contribuindo para a sua permanente renovação e difusão;
- identificar temas prioritários de pesquisa em Educação no País, promovendo o seu desenvolvimento;
- lutar por uma maior participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do País, especialmente no tocante à Pós-Graduação;

- realizar atividades aptas ao cumprimento de seus objetivos científico-técnicos e de representação social de uma categoria profissional, tais como: publicações, congressos, seminários e reuniões.

Nesta oportunidade não foi possível fazer indicações sobre o crescimento do quadro efetivo de associados nos últimos anos e da sua participação nos eventos, especialmente nas Reuniões Anuais, atuação nos GTs e outros.

Creemos que também seria oportuno relatar como atuam os Programas de Pós-Graduação em Educação e os GTs junto à ANPEd, fora dos eventos oficiais.

Esses aspectos, sem dúvida, retratariam bem claramente a responsabilidade que pesa sobre a Diretoria numa associação desse gênero.

Ficam, portanto, claros os limites do presente memorial, feito em atendimento a uma solicitação da nona Diretoria da ANPEd por intermédio da sua Comissão de Publicações.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Ver os Planos referidos, especialmente: BRASIL, Ministério da Educação. III Plano Nacional de Pós-Graduação, 1986-1989. Diário Oficial, Brasília, 10 dez. 1986.
- 2 RELATÓRIO Síntese dos trabalhos da I Reunião Científica da ANPEd, sobre a Concepção do Mestrado no Brasil (Fortaleza, agosto de 1978). Boletim ANPEd, Niterói, v. 9, n. 4, out./dez. 1987.
- 3 FRIGOTTO, Gaudêncio. Áreas de Concentração na Pós-Graduação em Educação: dispersão e formalismo. Boletim ANPEd, Niterói, v. 10, n. 1, p. 26-29, jan./mar. 1988.
- 4 ANPEd. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Doutoramento em educação no Brasil. Rio de Janeiro: ANPEd, 1979.
- 5 Sobre a Diretoria eleita, ver Relação de Diretorias da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd - 1978 a 1995, incluída neste trabalho. Nessa ocasião, foi eleita a segunda Diretoria da Associação.
- 6 SELETIVIDADE sócio-econômica no ensino de 1º grau. Rio de Janeiro, Achiamé/ANPEd, 1981. (trabalhos apresentados na Reunião Científica da ANPEd, realizada em Salvador em 1979).
- 7 CUNHA, Luiz Antonio. Antecedentes da I Conferência Brasileira de Educação. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (CBE), 1, 1981, São Paulo. Anais I Conferência Brasileira de Educação. São Paulo: Cortez, 1981.
- 8 VELLOSO, Jacques. A ANPEd na I Conferência Brasileira de Educação. Boletim ANPEd, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./mar. 1980.
- 9 PLANO de trabalho da ANPEd para o período 1981/1982. Boletim ANPEd, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, out. 1981.

- 10 Sobre a 5ª Reunião da ANPEd, ver os seguintes documentos: Boletim ANPEd, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, fev. 1982. Boletim ANPEd, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, 1982. Boletim ANPEd, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, maio 1982. Boletim ANPEd, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, mar. 1983.
- 11 Boletim ANPEd, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, maio 1983.
- 12 Idem, ibidem.
- 13 Boletim ANPEd, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, jun. 1984.
- 14 Boletim ANPEd, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, fev. 1985.
- 15 Boletim ANPEd, Niterói, v. 7, n. 3, jul. 1985.
- 16 Boletim ANPEd, Niterói, v. 8, n. 2, abr./jun. 1986.
- 17 NOTA Editorial. Boletim ANPEd, Niterói, v. 9, n. 2/3, abr./set. 1987.
- 18 NOTA Editorial. Boletim ANPEd, Niterói, v. 10, n. 2/3, abr./set. 1988.
- 19 Idem, ibidem.
- 20 NOTA Editorial. Boletim ANPEd, Niterói, v. 10, n. 1/2, jan./jun. 1989.
- 21 Proferiram as conferências, na seqüência indicada: Prof. Francisco de Oliveira (CEBRAP); Prof. Cândido Grzybowski (IBASE); Prof. Luiz Eduardo Soares (IUPERJ); e Prof. Otávio Soares Dulci (UFMG).
- 22 As mesas-redondas foram coordenadas pelos seguintes professores: Profª Nilda Alves (UFF); Prof. Osmar Fávero (IESAE); e Profª Célia Frazão Linhares (UFF).
- 23 Boletim ANPEd, Porto Alegre, n. 1/2, jan./dez. 1990.
- 24 A Diretoria da ANPEd, recém empossada, reuniu-se na PUC/SP em 30/11 e 1/12 de 1989, com inúmeras representações de Associações, para discutir Avaliação e Planejamento da ANPEd. Neste encontro foi apresentado e discutido o Plano de Trabalho da nova Diretoria. Os resultados desse Encontro estão no relato incluído no Boletim da ANPEd citado na nota anterior.

- 25 APRESENTAÇÃO. Boletim ANPEd, Porto Alegre, n. 1/2, jan./dez. 1991.
- 26 Boletim ANPEd, Porto Alegre, n. 2, out./dez. 1992.
- 27 Idem, ibidem.
- 28 As conferências foram pronunciadas, na seqüência indicada, pelos seguintes professores: Dr. Ennio Candotti - Presidente da SBPC; Drª Mírian Jorge Warde (PUC/SP); Dr. Francisco C. Weffort (USP e CEDEC/SP); e Dr. José Américo Motta Pessanha (UFRJ e IESAE/FGV). A Mesa-Redonda foi coordenada pelo Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury.
- 29 Boletim ANPEd, Belo Horizonte, n. 2, out./dez. 1993.
- 30 As conferências foram proferidas, na seqüência indicada, pelos professores: Dr. Carlos Rodrigues Brandão (UNICAMP); Dr. Hugo Zemelman (Colégio do México); Dr. Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG); Dra. Mírian Jorge Warde (PUC/SP); Dr. Osmar Fávero (IESAE/FGV).
- 31 As Conferências foram pronunciadas na ordem de indicação pelos professores: Dr. Gerd Bornheim (UERJ) e Dr. Rodrigo Antônio de Paula Duarte (UFMG). Uma terceira conferência (não programada) que tratou do tema central foi proferida pelo Dr. Ernesto Fernandez Ribeiro.
- 32 As Sessões Especiais e outros eventos vão a seguir indicados:
- a) SESSÕES ESPECIAIS
- Ética e construção do conhecimento - Mírian Limoeiro (UFRJ) - GTs: Currículo, Formação de Professores, Metodologia - Didática e Política de Ensino Superior.
 - Qualidade total e educação- Reginaldo Correa de Moraes (UNICAMP) e Lisete Regina Gomes Arelaro (USP) - GT: Estado e Política Educacional no Brasil.
 - Educação, Literatura e História - Alcir Pécora (UNICAMP) - GT: História da Educação.

- A formação profissional sob a ótica neoliberal e dos interesses do cidadão trabalhador face à crise atual - Angelina Peralva (USP) e Sebastião Lopes Neto (CUT-SP) - GTs: Política do Ensino Médio, Movimentos Sociais e Educação e Trabalho e Educação.

- Língua escrita, sociedade, cultura: relações, dimensões, perspectivas - Magda Becker Soares (UFMG) - GT: Alfabetização.

- Políticas nacionais de educação especial como expressão localizada das políticas sociais no País - Gilberta Januzzi (UNICAMP) - GT: Educação Especial.

b) DEBATE:

A crise da escola pública no Brasil - Representante da ANPEd: Zaia Brandão; Representante do CEDES: Ivany Pino; Representante da ANDE: Antônio Joaquim Severino.

c) COLÓQUIO:

Questões e relações internacionais em educação - Coordenado pelo Prof. Gaudêncio Frigotto.

33 Ata da Assembléia Geral, durante a 17ª Reunião Anual da ANPEd (minutada), realizada em Caxambu, em 27/10/94.

34 Antes da votação, o Professor Neidson consultou a Assembléia se ela se sentia suficientemente esclarecida para tomar decisão sobre as propostas a serem encaminhadas e declarou que a primeira proposta a ser encaminhada seria a proposta da Diretoria, e que, após a decisão, dependendo do que fosse votado é que teria sentido o encaminhamento das outras propostas. O Professor Neidson chamou atenção para o fato de que estava colocando em votação o Plano Global da Diretoria, no qual estava excluída a participação da ANPEd na CBE. Então esclareceu que, se o Plano fosse aprovado, estaria resolvida a questão da CBE, e se não fosse, então se daria o encaminhamento da nova decisão, e que deveria ficar bem claro que esse seria de como encaminhar a realização da CBE com a ANPEd, nos termos já colocados pela Diretoria, pois ela não realizaria a CBE. Portanto, o novo encaminhamento deveria levar em conta também a solução dessa situação, ou seja, outro grupo assumiria a Diretoria da

Associação para realizar a CBE. Encaminhada a votação, duas pessoas se manifestaram contrárias à proposta da Diretoria. Foram registradas 19 abstenções, 26 votos contra e 61 aprovaram a proposta. O Professor Neidson agradeceu à Assembléia, acentuou que "o que foi aprovado foi o bom senso" e solicitou que todos promovessem, em suas instituições, amplas discussões sobre o papel da ANPEd, pensando na reforma de Estatuto que deveria ser encaminhada na Assembléia do próximo ano, e ainda que se mobilizassem para a realização da CBE apoiando as iniciativas e grupos empenhados na sua promoção". (Transcrição da Ata da Assembléia Geral da 17ª Reunião Anual, ainda minutada).

35 ANPEd. Plano global: 1994-1995. Belo Horizonte: ANPEd, 1994.

36 Fala do Prof. Neidson (Neidson Rodrigues - Presidente da ANPEd no Biênio 1993-1995) na Abertura da 17ª Reunião. Retirada de transcrição da gravação.

37 Informativo ANPEd, Belo Horizonte, n. 2, jun. 1995.

Esse documento divulga a Programação Geral da 18ª Reunião Anual e Convocação para a Assembléia Geral da Associação a realizar-se em setembro de 1995, em Caxambu-MG. Na Convocação para a Assembléia Geral, estão indicados os principais pontos da pauta: 1) Registro de chapa(s) concorrente(s) para a sucessão da Diretoria - Biênio 1995/1997; 2) Mudanças no Estatuto; c) Eleição dos membros do Comitê Científico para as Reuniões Anuais de 1996 e 1997.

38 CNPq. Avaliação & perspectiva 1978, v. 9 (Administração - Arquitetura e Urbanismo - Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia - Direito - Educação - História - Letras). Brasília: CNPq. p. 109-129.

39 CNPq/SEPLAN. Avaliação & Perspectivas 1982: ciências sociais aplicadas. Brasília, 1983. v. 61., p. 225-254 (Redatora: Bernadete A. Gatti).

- 40 Boletim ANPEd, Niterói, v. 8, n. 2, abr./jun. 1986.
Boletim ANPEd, Niterói, v. 9, n. 1, jan./mar. 1987.
Boletim ANPEd, Niterói, v. 9, n. 2/3, abr./set. 1987.
Boletim ANPEd, Niterói, v. 10, n. 1/2, jan./jun. 1989.
- 41 Boletim ANPEd, Porto Alegre, n. 1/2, jan./dez. 1990.
- 42 Cadernos ANPEd - Nova Fase, Porto Alegre, n. 3, 1991.
 Esse documento, com o título Política de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, reúne os trabalhos da Reunião Técnica Nacional de Coordenadores, na UNICAMP, de 10 a 12 de abril de 1991, em seqüência ao Seminário sobre Concepção de Dissertação de Mestrado, promovido pelo PPGE da UNICAMP e realizado naquela Universidade nos dias 8 e 9/4/91.
- 43 O texto final, redigido pelos Professores Bruno Pucci, Lízia H. Nagel e Terezinha Fróes Burham, está nas páginas 49 a 53 de: Cadernos ANPEd - Nova Fase, Porto Alegre, n.3, 1991.
- 44 Boletim ANPEd, Porto Alegre, n.2, out./dez. 1992.
- 45 CURY, Carlos Roberto Jamil. Política de pós-graduação em educação e pesquisa em educação. Cadernos ANPEd - Nova Fase, Porto Alegre, n.3, p.7-24, 1991.
- 46 RODRIGUES, Neidson e ANGOTTI, José André. Fórum das Coordenações dos Programas de Pós-Graduação em Educação. Boletim ANPEd, Belo Horizonte, n.2, out./dez. 1993.
 No referido relatório está assinalado, na p. 21, que "Os novos coordenadores foram indicados e confirmados na Plenária por aclamação: a Dr^a Mírian Warde, da PUC/SP, e o Prof. Robert Verhine, da UFBA".
- 47 A direção da Reunião ficou sob a responsabilidade dos Professores Mírian Jorge Warde e Robert Evan Verhine, respectivamente Coordenador e Vice-Coordenador do Fórum.

- 48 RELATÓRIO da Reunião Técnica dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação. Belo Horizonte: ANPEd, 1994.
- 49 O Prof. Robert Evan Verhine dirigiu a reunião na ausência da Coordenadora do Fórum Dr^a Mírian Jorge Warde.
- 50 ANPEd Plano global: 1994-1995. Belo Horizonte: ANPEd, 1994.
- 51 Ver Depoimento de Glaura (Glaura Vasques de Miranda - Secretária-Geral da ANPEd, eleita na 4^a Reunião Anual, na qual foram criados os GTs da ANPEd) no tópico Em volta da mesa em: Informativo ANPEd, Niterói, v. 8, n. 1, jan./mar. 1986.
- 52 Sobre esta avaliação, que reorientou a proposta dos GTs, ver: Informativo ANPEd, Niterói, v. 8, n. 1, jan./mar. 1986. Boletim ANPEd, Niterói, v. 8, n. 2, abr./jun. 1986.
- 53 Idem, ibidem
- 54 Relato do Encontro de Avaliação e Planejamento da ANPEd. Boletim ANPEd, Porto Alegre, n. 1/2, jan./dez. 1990.
- 55 Comissão constituída pelos ex-Presidentes: Glaura Vasques de Miranda, Jacques da Rocha Velloso, Maria Julieta Costa Calazans, Osmar Fávero e Miguel González Arroyo, Vice-Presidente da oitava Diretoria/biênio 91-93.
- 56 Boletim ANPEd, Porto Alegre, n. 2, out./nov. 1992.
- 57 AGUIAR, Márcia Angela S. Nota, escrita para este memorial. Recife, julho de 1995. (Mimeogr.).
 A Prof^a Márcia Ângela Aguiar é Vice-Presidente da ANPEd (nona Diretoria) e responsável pelo Setor de Atividades de Interface dos GTs com a Diretoria da ANPEd.
- 58 ANPEd. Histórico e avaliação dos grupos de trabalho. ANPEd, 1992. Caderno Especial.

III - ANPEd - PARCERIAS COM ATORES DA SOCIEDADE CIVIL

A - Conferências Brasileiras de Educação - CBEs

A realização das CBEs, além de revelar a maturidade da área, representa a força de um trabalho coletivo, fundado na vontade de construção da Educação e da sociedade democráticas.

"A idéia de realizar esta conferência nasceu em Salvador, na segunda semana de novembro de 1979, durante uma reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-(ANPEd). Em uma das comissões, sobre tema, local e data da reunião seguinte, os participantes verificaram a convergência dos temas dos próximos encontros da ANPEd, da Associação Nacional de Educação-(ANDE) e do Centro de Estudos Educação e Sociedade-(CEDES): a política educacional.

As diretorias dessas três entidades, aí representadas, resolveram unir seus esforços e realizar uma reunião conjunta, extravasando o âmbito de seus associados, mas guardando espaço para atividades específicas. Constituíram, ainda em Salvador, uma comissão coordenadora com um representante de cada entidade. Por indicação do plenário, juntou-se a essa comissão um sócio do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea-(CEDEC), cuja diretoria confirmou, posteriormente, sua participação.

São esses os antecedentes da Conferência Brasileira de Educação de 1980, primeira de uma nova série, promessa de um passo adiante na organização dos educadores, condição para a construção de uma educação democrática em nosso país".¹

puéssemos não só perceber os desdobramentos e o alcance da política educacional do Estado como, também, unificar nossas lutas em prol da democratização do ensino. (...)

Os objetivos visados pela Conferência eram: promover o encontro nacional de pessoas, grupos e entidades ligados à educação; efetuar um balanço crítico da política educacional brasileira, notadamente nos últimos dez anos, analisando suas contradições e resultados; e encaminhar uma ampla discussão a respeito de possíveis soluções dos problemas educacionais e das formas de ação e de participação dos educadores no delineamento dessas soluções.

A I Conferência Brasileira de Educação constou de uma sessão de abertura, (...) 11 simpósios e 34 painéis; de reuniões de entidades (...); de uma sessão de encerramento, onde foram discutidos e aprovados o Documento Conclusivo e as moções".³

b) No Manifesto aos participantes (educadores e educandos) a expectativa de uma construção iniciada:

"Precisamos criar canais de participação para que as decisões educacionais deixem de nos ser impostas. Rejeitamos o papel de simples executores de uma política educacional sobre a qual não fomos consultados. Para isso, teremos que percorrer o árduo caminho de construção, entre nós, de um consenso capaz de nos dar força e organização".⁴

c) As conclusões apontam para a importância política do evento:

"A I CBE representou um redirecionamento dessa tendência, indicando que começam a amadurecer as condições para um novo tipo de organização. (...) O significado político desse fato pode não ser palpável a curto prazo. Mas estamos seguros de que indica o início de uma

"A Comissão Coordenadora da I CBE iniciou seus trabalhos logo após a reunião de Salvador. Contava com apenas quatro meses para a organização do evento, com data marcada para março de 1980. A ANPEd, a ANDE e o CEDES mobilizaram seus sócios e suas diretorias para a tarefa de organização de uma conferência de âmbito nacional, e que deveria atingir um conjunto diversificado de profissionais da educação: educadores e educandos de diferentes graus e das mais diversas especialidades, representantes da associação de classe, pessoas do ensino público e privado, técnicos de órgãos governamentais. Neste trabalho de organização, a estrutura nacional da ANPEd desempenhou importante papel, e as contribuições de seus associados, dos mais variados pontos do país, foram inestimáveis. A dedicação, o entusiasmo e a competência dos sócios e das diretorias da ANDE e do CEDES, sediados em São Paulo, representou contribuição insubstituível".²

A CBE foi assim instituída e passou para a História da Educação Brasileira.

1. I CBE

A I CBE ocorreu em São Paulo, nos dias 1, 2 e 3 de abril de 1980, no campus da Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP. Tema Central: POLÍTICA EDUCACIONAL.

Recortamos alguns registros dos Anais da I CBE para transcrever nesse espaço:

a) Apresentando o evento....

"O agravamento das condições de ensino em nosso país - resultado de uma política educacional autoritária - tinha sido criticado em diversos encontros, congressos e reuniões de educadores. Todo esse esforço carecia, entretanto, de ser articulado, de modo que nós, educadores,

organização menos fragmentada do campo educacional, que poderá permitir no futuro uma integração de perspectivas dentro da diversidade e complexidade que o caracteriza".⁵

Os Anais da CBE dão conta dessa realização: os 1.400 participantes presentes, oriundos de 18 Estados do País, encontraram na I CBE o momento oportuno para a discussão e aprovação de propostas de ação efetivas para a Educação.

O tema POLÍTICA EDUCACIONAL propiciou um amplo debate em torno de problemas e encaminhamentos de alternativas democráticas para a Educação brasileira.

2. II CBE

A II Conferência Brasileira de Educação - promovida pelas mesmas entidades que assumiram a I CBE - ANDE, ANPEd, CEDES e CEDEC -, realizou-se em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 10 a 13 de junho de 1982.

Teve como tema geral: EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE.

Na sessão de abertura dessa II CBE, foi lido o Manifesto aos Educadores e comemorado o cinquentenário do Manifesto dos Pioneiros.⁶

No conjunto, durante a II Conferência, ocorreram 13 simpósios, 16 painéis, 5 reuniões de entidades e uma sessão de encerramento, na qual foram aprovados o Documento Conclusivo e Moções.

O número de inscritos elevou-se a 1.910 participantes.

Do Manifesto aos participantes, destacamos: "É exatamente este o novo desafio histórico: ao mesmo tempo que reconhecemos estar ao final de um ciclo em que o autoritarismo, o mandonismo e a falta de

oportunidade de participação popular prevaleceram; é neste mesmo momento - e como fruto da nossa ação cotidiana de resistência, de protestos, de inconformismo - que são gestadas as condições para a construção da nova sociedade democrática".⁷

Resgatamos, do Documento de Encerramento, o registro que reflete o clima da II CBE:

"Este documento foi elaborado com o propósito de sintetizar as informações e idéias levantadas durante o período de debates e comunicações da II CBE. O próprio fato de não tentarmos elaborar conclusões de qualquer nível é um indicador significativo da riqueza e multiplicidade de contribuições trazidas sobre os temas propostos. Esta impossibilidade de concluir a II CBE aqui e agora, nos limites de um documento da Comissão Organizadora, representa o objetivo atingido: a CBE não é um resultado estático, mas o desdobramento dinâmico de um conjunto de lutas e movimentos aglutinados em torno da teoria e da prática educacional. Se a síntese se faz necessária - até porque a CBE é uma ação que continua e para desvelar seu futuro faz uso do discurso e da reflexão do presente e do passado -, importante se torna tomarmos como um dado de avaliação que a luta dos educadores não se conclui nem é concluída pois se transforma na interação contínua com a realidade em mudança".⁸

Nessa II CBE, pôde-se observar a maturidade e trabalho coletivo dos participantes e organizadores e uma clara disposição de sua parte em garantir a continuidade desse evento.

3. III CBE

No período de 12 a 15 de outubro de 1984, ocorreu, em Niterói/RJ, a III CBE, que apresentou como tema geral: DAS CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS DE AÇÃO.

A referida Conferência foi empreendida por três das entidades que estiveram à frente desse evento já em 1980: ANDE, ANPEd e CEDES.

Os objetivos desse evento definiam-se por:

- Promover o encontro nacional de educadores.
- Efetivar um balanço crítico da Educação brasileira no contexto do qual ela faz parte.
- Analisar as contradições da educação, identificando as contradições dos educadores para o avanço do processo democrático.
- Encaminhar uma ampla discussão a respeito de possíveis soluções dos problemas pedagógicos enfrentados pelos educadores."⁹

O tema central foi trabalhado em três temas geradores:

- 1) A Política Educacional e a Crise Brasileira;
- 2) A Questão Pedagógica e os Desafios das Questões Sociais;
- 3) A Gestão Pública dos Negócios da Educação.

A dinâmica foi organizada em torno de quatro atividades: simpósios, painéis, reuniões e sessões plenárias.

Dos documentos de encaminhamento, transcrevemos o tópico abaixo, bem identificado com a realidade nacional daquele momento:

"A caótica situação em que se encontra o sistema educacional do País decorre, dentre outros fatores, do sistemático alijamento dos profissionais da área - muitas vezes entendida como terra-de-ninguém, apropriada por aqueles que a supõem dependente somente do senso comum e a tratam como objeto de improvisações e decisões casuísticas. Este é o momento histórico em que se faz possível reconstruir,

através de uma política global, as bases de todo o sistema de ensino do País. Para tanto, a Educação brasileira possui quadros de envergadura e seriedade que, tendo aprendido as lições do passado, não desejam ver o setor educacional servir sobretudo como área de negociação política, ou como instrumento para ambições e carreiras pessoais. Os educadores que assim se posicionam esperam poder participar na indicação de diretrizes e pontos programáticos para o novo governo. Estes têm como horizonte o atendimento das necessidades e aspirações do conjunto da população e a realização dos ideais de quantos apostaram na Educação como um dos instrumentos de democratização da sociedade e construção da cidadania".¹⁰

4. IV CBE

Assumindo como tema geral EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE, a IV CBE realizou-se em Goiânia/GO, de 2 a 5 de setembro de 1986. As três entidades - ANDE, ANPEd e CEDES - foram as promotoras oficiais da Conferência.

O evento foi realizado em momento de consolidação democrática e os educadores se propunham, naquela CBE, a promover uma análise crítica das políticas educacionais da Nova República.

A Nação se preparava para eleger seus representantes no Congresso Constituinte.

O tema geral foi desdobrado em subtemas que geraram 25 simpósios, 93 painéis e 67 atividades, de que participaram 5.000 educadores presentes ao evento, provenientes de todos os Estados brasileiros.

A Carta de Goiânia (05/09/86), aprovada na Sessão de Encerramento, propõe princípios formulados a serem inscritos no texto da Nova Constituição:

"Os educadores presentes à IV Conferência Brasileira de Educação consideram indispensável que seja elaborada uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, a partir dos princípios inscritos na Constituição.

Consideram, ainda, que devem ser mobilizados todos os recursos no sentido de tornar público este posicionamento e de conclamar os candidatos dos diversos partidos à Constituinte, para a defesa dos princípios aqui enunciados".¹¹

5. VCBE

A V CBE realizou-se na Universidade Nacional de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 2 a 5 de agosto de 1988, tendo como tema geral: A NOVA LEI DE DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: COMPROMISSO DOS EDUCADORES. As entidades promotoras foram: ANDE, ANPEd e CEDES.

As atividades da Conferência - simpósios, mesas-redondas, painéis e atividades de atualização - foram agrupadas em torno de seis grandes temas: Perspectivas para a Educação na sociedade brasileira; Fundamentos da Educação; Organização do Sistema de Ensino; Políticas Específicas; Política Nacional para Profissionais de Ensino e Política Educacional - questões socioculturais e econômicas.

O Relatório da Comissão Organizadora Nacional da V CBE, apresentado à Sessão Plenária de Encerramento, apresenta importantes conclusões, das quais indicamos alguns tópicos:

"A nova Lei de Diretrizes e Bases deve ter como eixo a universalização do ensino fundamental e a organização de um sistema nacional que, numa de suas dimensões, assegure a articulação orgânica dos diversos níveis e modalidades de ensino na esfera federal, estadual e municipal, e que, na outra, propicie a continuada melhoria de sua qualidade

e sua perene democratização, seja de sua gestão, seja em sua inserção social.

A aspirada descentralização do ensino deve fundamentar-se numa efetiva distribuição de poderes a serem exercidos a partir da legítima representação democrática, acompanhada de adequada destinação de recursos imprescindíveis ao cumprimento dos encargos educacionais. Não se pode caracterizar pelo descompromisso de diferentes instâncias administrativas com a educação, como freqüentemente tem ocorrido nas tentativas de municipalizar o ensino de 1º Grau. Nem se pode traduzir na privatização do ensino em todos os níveis, como vem sendo praticado na Velha e na Nova República.

Quanto ao uso das verbas, considerando que a Constituição poderá permitir a destinação de recursos públicos, em caráter excepcional, a entidades comunitárias, confessionais ou filantrópicas, é indispensável que a nova LDB resguarde o ensino oficial. Para tanto, essa destinação excepcional só deverá ocorrer nas condições especificadas na Carta Magna e também quando satisfeitos os seguintes requisitos:

- os recursos públicos destinados ao ensino oficial permitam que haja oferta suficiente de vagas para propiciar a toda a população o acesso à escolaridade completa de 1º Grau, assim como continuadas condições de melhoria da qualidade do ensino, e ainda que o magistério disponha de adequadas condições de formação, exercício e remuneração condigna;

- as entidades comunitárias sejam geridas democraticamente, na forma determinada pela legislação para as instituições oficiais de ensino.

Por fim, no tocante aos recursos da educação, é necessário que os percentuais mínimos de 18% (União) e de 25% (Estados e Municípios) das respectivas receitas de impostos sejam calculados em

termos reais, a fim de evitar que a espiral inflacionária venha a corroer o seu valor. Mas a democratização da educação passa também pela gestão dos dinheiros públicos. Assim, a nova LDB deve prever normas e mecanismos que dêem visibilidade à captação e aplicação dos recursos destinados ao ensino e permitam seu controle público".¹²

As moções aprovadas na Plenária final da Conferência foram classificadas de acordo com a relação direta com: a) a nova LDB; b) o processo de elaboração desta e do Plano Nacional de Educação; c) a Assembléia Nacional Constituinte.

6. VI CBE

Adotando como tema geral: A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, a VI CBE aconteceu de 3 a 6 de setembro de 1991, em São Paulo, na USP.

As três entidades - ANDE, ANPEd e CEDES - mantiveram-se como organizadoras do evento.

A VI CBE possibilitou a realização de 145 painéis, 17 exposições orais, 16 ciclos de debates, 12 oficinas pedagógicas, 3 conferências, 6 cursos e uma mostra, reunindo cerca de 4.000 participantes.

Do seu programa, acentuado por "marcas distintivas", assinalamos:

"1. a 6ª CBE é produto dos mesmos princípios que guiaram as CBEs anteriores; ela é fruto das mesmas lutas em defesa da escola pública e expressa a mesma urgência de soluções políticas, mas tem a característica necessária aos momentos de crise: revela a paciência da investigação científica, sem a qual as perguntas são mal formuladas e as respostas acabam sendo delegadas aos que, em nome da pressa política, dispensam os rigores da pesquisa, bem como responde às exigências de

adensamento dos diagnósticos e de revisão criteriosa dos paradigmas teóricos;

2. revela maior maturidade dos que têm a educação como objeto privilegiado do conhecimento e campo de ação; maturidade que se manifesta não na pretensão de tudo perguntar e a tudo responder, menos ainda na humildade perniciosa de pedir resposta aos que não têm perguntas provindas da educação; maturidade que se revela, sim, na capacidade de perguntar a muitos campos de conhecimento e de ação o que têm eles a nos dizer, para que possamos, nós, responder às perguntas da educação.

Essa é uma marca distintiva da 6ª CBE: não carrega a especificidade formal, porque busca a identidade real da educação; nela estão incorporados economistas, cientistas sociais, filósofos e muitos intelectuais e profissionais de outras áreas para nos subsidiar nas respostas às perguntas que já aprendemos a fazer;

3. na 6ª CBE, estão presentes representantes de muitas e conflituosas posições; mas ela não é descomprometidamente pluralista. A abertura a diversas tendências que hoje disputam espaço nas instituições sociais e estatais é indispensável para que possamos conhecê-las e debatê-las, mas desde que estejamos convencidos de que a prática democrática da divergência exige-nos a firmeza de princípios, porque sabemos que pluralismo e tolerância, defendidos acima e para além de princípios, sustentam, em regra, práticas discricionárias e intolerantes".¹³

Os resultados da VI Conferência geraram uma série de publicações. Os textos dos simpósios e mesas-redondas foram agrupados na Coletânea CBE, com os seguintes volumes: *Educação Básica*; *Estado e Educação*; *Sociedade Civil e Educação*; *Trabalho e Educação*; *Universidade e Educação*. Os resumos de painéis, ciclos de debates, exposições orais, oficinas pedagógicas, conferências e cursos foram reunidos em um único volume.

7. As CBEs - UM MOVIMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nesses quinze anos que separam a I CBE em 1980 e os dias atuais - três anos após a IV Conferência realizada em 1991 - muitas transformações ocorreram na Educação e na Sociedade.

As mudanças - até mesmo as mundiais - levam-nos a pensar nos resultados das CBEs e suas conseqüências, seus desdobramentos na Educação do presente.

Parece-nos oportuno reproduzir o comentário sobre a IV CBE, intitulado A experiência de Goiás, como um encaminhamento para discussão:

"A IV CBE constituiu-se num verdadeiro fórum de debate, onde se garantiu o confronto de diferentes posições políticas e tendências pedagógicas. As divergências vieram à tona, num exercício saudável de democracia, impedindo, pela sua explicitação, que se forjasse um 'consenso autoritário' com a pretensão de expressar uma unidade que, na verdade, é equivocada.

Para garantir que a CBE continue sendo esse fórum de debates, considerou-se como condição necessária a participação de maior número de educadores na sua organização. Nesse sentido, as entidades promotoras (ANDE, CEDES, ANPEd) devem incentivar a criação e dinamização de seus núcleos regionais, a fim de que suas decisões ganhem maior representatividade e não se centralizem no nível de suas diretorias nacionais. Por isso, também é preciso repensar a possibilidade de que outras entidades representativas dos educadores venham a tornar-se promotoras do evento.

As *Universidades* que sediam a CBE, sobre quem recai a maior parte do trabalho de infra-estrutura, devem participar mais efetivamente nas decisões em todos os níveis. Assim, da Comissão

Organizadora Nacional deveriam fazer parte, em igualdade de condições com as entidades promotoras, representantes dos docentes dessas universidades, escolhidos entre seus pares. Dessa forma, estes, ao invés de representarem as entidades em nível local, representariam uma parcela significativa de pessoas efetivamente envolvidas na preparação do encontro.

A descentralização e ampliação do espaço de decisões permitiria ainda uma escolha de temas dos simpósios e painéis, bem como de conferencistas, que melhor atendessem ao conjunto dos educadores.

As questões acima levantadas colocam a necessidade de repensar também, tanto a periodicidade da CBE, quanto a oportunidade de Conferências Regionais visando a preparar a realização da Conferência Nacional.

A CBE tornou-se um evento com grande capacidade de mobilização e aglutinação de educadores. É importante manter essa capacidade, sem, no entanto, incorrer nos riscos que esta mesma capacidade pode proporcionar. O mais sério deles é tornar o grande número de educadores presentes a uma CBE o legitimador de posições de pequenos grupos, já que não existe oportunidade, no curto espaço de tempo, para aprofundamento dos temas tratados".¹⁴

As CBEs definem momentos históricos nacionais, sobretudo retratam lutas da sociedade civil organizada - principalmente, daqueles que se opõem a tantas medidas de política econômica internacional, pondo em risco a construção da democracia em nosso país.

Entendemos que a necessidade de buscar conhecer as CBEs no seu conjunto - processo, resultados e outros aspectos - é uma prática democrática que exige firmeza, maturidade e vontade de se pensar científica e politicamente as futuras conferências.

Conforme já se mencionou, entre as marcas "distintivas" definidoras do programa da VI CBE (1992) destaca-se que a esta

Conferência estiveram presentes muitas e conflituosas posições. "A abertura a diversas tendências que hoje disputam espaços nas instituições sociais e estatais é indispensável para que possamos conhecê-las e debatê-las, mas desde que estejamos convencidos de que a prática democrática da divergência exige-nos a firmeza de princípios"...¹⁵

As marcas desse evento (VI CBE), realizado na presente década, podem oferecer contribuições substantivas para a construção das futuras Conferências.

B - Cooperação entre Pares e outras Formas de Interação

A ANPEd é, para a pesquisa e a Pós-Graduação em Educação, uma fonte alimentadora de novos saberes. Constitui uma ação eficaz de fortalecer, inovar, construir, desenvolver qualitativa e quantitativamente novos conhecimentos.

Propõe e desenvolve, com os PPGEs, ações cooperativas, estimula o intercâmbio, e, fundamentando-se na perspectiva de produzir avanços na construção teórica, visa a articular a Educação com outros programas das Áreas de Ciências Humanas e Sociais.

É sobre essa ação coletiva de irradiação e estímulo às inovações e à sedimentação de conhecimentos e de práticas educacionais, desenvolvida mediante congressos, seminários, encontros, pesquisas integradas e outros eventos acadêmicos e políticos, que trataremos neste item.

Considerando que, no presente texto, teremos um espaço bastante limitado para referenciar essas ações - algumas de muita relevância tanto para a Pós-Graduação em Educação como para a ANPEd - tomamos a deliberação de fazer a seguinte consideração/sugestão:

a) incluir nesta retrospectiva a indicação dessas práticas, de forma bastante breve, fazendo referências pontuais, com o rigor necessário, mas sem analisá-las criticamente;

b) sugerir que a ANPEd proceda, a exemplo do que está fazendo com a História dos GTs, a um estudo específico, para reunir, num único documento, o repertório das iniciativas de cooperação, intercâmbio, participação em pesquisas, eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como outras práticas que lhe são peculiares - divulgando a dinâmica e repercussão das mesmas na comunidade científica de Educação.

No presente, o tempo e espaço reservados a este item, nesta retrospectiva, só nos permitem fazer referências sintéticas, indicando fontes que poderão orientar aqueles que desejarem maiores informações.

1. Avaliação e Perspectiva na Área de Educação - 1982 -

1991

O documento que reúne o estudo liderado pela ANPEd, e apresentado publicamente na 16ª Reunião Anual (1993), indica, na síntese¹⁶ feita pelo seu Coordenador, o delineamento do Projeto, o Histórico, a Avaliação (propriamente) e as Perspectivas.

Incorpora, no conjunto, além do trabalho de síntese, onze estudos que vão indicados a seguir:¹⁷

a) Avaliação e perspectivas na área de educação 1982-91: documento-síntese; b) A trajetória da Pós-Graduação em Educação no âmbito institucional; c) A produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil (1982-1991): avaliação e perspectivas; d) Avaliação e perspectivas da área de ensino de Ciências e Matemática no Brasil; e) Educação e informática; f) Avaliação e perspectivas para a Educação no âmbito do CNPq; g) Avaliação & perspectivas da pesquisa em

Educação através das agências de fomento: a FINEP - 1972-92 (ênfase em 1982-92); h) O papel na pesquisa educacional das agências internacionais, das agências estaduais e de grupos não ligados diretamente a universidades; i) O Projeto de intercâmbio em Pesquisa Educacional e seus conseqüentes; j) Relação da comunidade científica com as agências de fomento à pesquisa e coordenação da Pós-Graduação; k) Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de Educação; l) A & P da pesquisa através das publicações em periódicos.

Outros três trabalhos programados no Projeto inicial e que não puderam ser incorporados ao documento, em 1993, tratam de:

a) A & P da Pós-Graduação em educação a partir das avaliações da CAPES/MEC; b) A & P da pesquisa em educação através das agências de fomento nacional: INEP; c) A & P das associações de cunho científico e das de cunho científico-profissional da área de educação.¹⁸

A experiência de gerir um trabalho de tal monta foi desafiadora para a Associação, principalmente para a Diretoria da ANPEd, que o assumiu, e para o Coordenador e os pesquisadores que trabalharam, de forma integrada, à distância.

2. Programa(s) de Intercâmbio: do PIE ao PIES

As informações neste item restringem-se a noticiar a cooperação técnica que ocorreu a partir do início dos anos 80.

O Programa Integrado de Educação - PIE nasce sob os auspícios do CNPq, FINEP, CAPES e INEP. O PIE, com a participação das agências acima indicadas, tinha por objetivo principal obter a integração da ação dessas quatro agências. Esse programa passa a ser operacionalizado em 1982, sob a liderança do CNPq, com a participação da FINEP, da CAPES, do INEP e da ANPEd, por meio do denominado "Programa de Intercâmbio" entre Instituições de Pesquisa Educacional.¹⁹

Do PIE surge o Programa Integrado de Educação e Sociedades - PIES (1986), implementado com base no III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989).

O PIES é lançado por intermédio da FINEP, com a participação das demais agências e o apoio da comunidade científica de Educação, na 10ª Reunião Anual da ANPEd, em Salvador, em maio de 1987.

A ANPEd, desde a primeira hora, representou um papel decisivo, de um lado catalisando os interesses das agências e viabilizando meios para a efetivação do Programa, e, de outro lado, estimulando as discussões e os interesses da comunidade científica.

Os objetivos definidos pelo PIES estavam na perspectiva do III PNPG e da política de C & T da época.

O grupo de assessoramento responsável pelas funções de implantação, acompanhamento e avaliação do Programa foi constituído em 17/6/87, por 10 membros: 4 representantes das agências (um para cada); 3 representantes dos Comitês Assessores do CNPq, da CAPES e da FINEP (um para cada) e 3 representantes da comunidade científica da área, escolhidos na Assembléia Geral da Reunião Anual da ANPEd.

A trajetória do PIES - 1986 a 88 - foi marcada por impasses e embates para a Educação Brasileira.

Ao final de 1988, o quadro retratado do "Programa Integrado Educação e Sociedade", no Boletim da ANPEd, é de desativação.

"Nas três últimas reuniões do GA do ano de 1988, desenvolveu-se, por parte dos membros desse Grupo Assessor, com a colaboração efetiva de Diretoria da ANPEd, uma tentativa de reestruturação do PIES.

Apesar desse esforço, uma série de dificuldades enfrentadas, principalmente pela FINEP (...) alterações nos quadros funcionais da FINEP atingiram diretamente o PIES. (...)

Até o final de 1988, havia 11 projetos recebendo financiamento através do PIES; outros, já recomendados pelo GA, ainda aguardavam encaminhamento para aprovação final pela Diretoria da FINEP e autorização do financiamento".²⁰

No período 1985-1988, 26 contratos foram incluídos na pauta de projetos institucionais de pesquisa apresentada por intermédio do PIES pelos Programas de Pós-Graduação, ou núcleos institucionais de pesquisa - na maioria, projetos integrados a serem desenvolvidos inter e intra institucionalmente. Esses contratos não chegaram a ser efetivados.²¹

"Em reunião realizada na sede da FINEP em setembro de 1989, com a participação da Presidência da ANPEd e dos seus representantes junto ao Programa Integrado Educação e Sociedade - PIES, as quatro agências participantes (FINEP, CNPq, CAPES e INEP) solicitaram enfaticamente da ANPEd:

1. um plano global para 1990 e
2. a inclusão dos encontros regionais em sua programação.

Em São Paulo, argumentou-se a importância de a ANPEd ir incorporando os encontros regionais em sua programação anual, como forma inclusive de, na conjuntura, garantir mais facilmente os recursos necessários".²²

A dinâmica e o impacto do Programa de Intercâmbio por intermédio do PIE (Programa Integrado de Educação), que desenvolveu trabalho entre as Instituições de Pesquisa e as Agências que fomentaram essa atividade, estão analisados em Avaliação & Perspectivas, no

documento: "O Projeto de Intercâmbio em Pesquisa Educacional e seus conseqüentes".²³

Na 12ª Reunião Anual da ANPEd (1989), novas perspectivas foram apontadas em direção aos eventos de intercâmbio. A ANPEd transferiu, nessa ocasião, a organização dos intercâmbios para os Grupos de Trabalho (GTs).²⁴

Desse modo, a partir de 1990, as atividades de intercâmbio de pesquisadores passaram a ser coordenadas pelos GTs, fortalecendo a articulação entre esses Grupos de Trabalho e os Programas de Pós-Graduação em Educação.

Nos anos de 1994/95, a ANPEd estimulou cinco Reuniões de Intercâmbio, organizadas pelos GTs com o apoio do CNPq e do INEP.

Por fim, sobre Encontros de Intercâmbio, estamos informados de que:

"A Diretoria da ANPEd decidiu, em reunião realizada em 2 de junho, submeter oficialmente os projetos de Encontro de Intercâmbio e de Encontros de Pesquisa a uma avaliação *ad-hoc*. Esse encaminhamento se fez necessário porque o apoio da ANPEd vem implicando considerações de mérito. Sendo assim, os referidos projetos deverão ser encaminhados à Secretaria da ANPEd 30 dias antes do prazo exigido pelas agências de fomento para analisá-los".²⁵

3. Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB

A ANPEd integra o Fórum Nacional em defesa da Escola Pública, como entidade nacional comprometida com a defesa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sua presença tem sido de reflexão e posicionamento permanente.

É oportuno destacar que a ANPEd, nos últimos dez anos (1985-1995), vem desenvolvendo uma luta contínua em defesa da Constituinte e da nova LDB. É significativa a contribuição das quatro Reuniões Anuais dedicadas a esta causa: 9ª Reunião Anual - Educação e Constituinte; 10ª Reunião Anual - Educação Brasileira: dos Dispositivos Constitucionais às Diretrizes e Bases; 11ª Reunião Anual - Em direção às Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e 12ª Reunião Anual - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Foi, igualmente, de grande repercussão o trabalho coletivo da ANPEd com as demais entidades promotoras das CBEs na realização de duas Conferências cujos temas centrais são dedicados a esta luta: IV CBE - Educação e Constituinte; e V CBE - A Nova Lei de Diretrizes da Educação Nacional: Compromisso dos Educadores.

É válido resgatar, ainda, que, consultadas as atas das Assembléias Gerais da ANPEd no período dessa trajetória, o tema LDB é constante, seja noticiando os trabalhos do "Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública/LDB (reafirmando a presença da ANPEd) e dos Fóruns Regionais, seja aprovando Moções de Apoio ou de Protesto, como é o caso da Moção aprovada na Assembléia Geral da 17ª Reunião Anual, para ser encaminhada ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação: "A ANPEd reafirma a importância do Congresso Nacional na definição das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e da urgente votação da LDB".²⁶

4. Encontros de Pesquisas Regionais

Até 1989, os Encontros de Pesquisa Regionais eram organizados pelos Programas de Pós-Graduação da Região, com recursos obtidos de diversas fontes. Sem dúvida, a ANPEd sempre esteve presente nesses encontros, proporcionando o apoio a seu alcance. A partir de 1990, a ANPEd passou a incorporar os encontros regionais em sua programação

anual, como forma inclusive de garantir os recursos necessários e também o acompanhamento dos trabalhos.

Entendemos que esta é uma prática acadêmico-científica que vem perpassando a vida da ANPEd desde seus primeiros anos. Sem dúvida, essa prática representa, hoje como no passado, uma forma significativa de consolidação das bases da ANPEd nos Programas de Pós-Graduação e nos GTs. O fato por si só justifica um estudo específico que consiga recuperar o papel desses Encontros para a ANPEd.

É oportuno indicar a realização, em julho de 1995, do 12º Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste em Terezina, Piauí, no qual o Presidente da ANPEd proferiu a Conferência de Abertura sobre o tema: Educação Básica no Nordeste, no Brasil hoje.

Do 12º Encontro, participaram professores e alunos dos Cursos de Pós-Graduação em Educação, Centros de Pesquisas, e outros parceiros que se afirmam comprometidos com a causa da Educação básica nacional, especialmente da região Nordeste.

5. A ANPEd e as Sociedades Científicas

Os trabalhos em parceria estão presentes à atuação da ANPEd desde as suas origens.

Embora se registre a cooperação da Entidade com a ANPEC e ANPAD desde a sua fundação, a mais expressiva ação conjunta estabelecida pela ANPEd é, sem dúvida, a participação na realização das CBEs.

Como está anotado neste memorial (III-A), as CBEs nascem de um pacto coletivo de trabalho entre ANPEd, ANDE, CEDES e CEDEC, em 1979.

Este foi um passo que deu base a outras tantas formas de trabalho conjunto, assumidas pela Associação. Trataremos, neste espaço, de noticiar algumas dessas parcerias, destacando o relacionamento institucional da ANPEd com a SBPC.

Na Programação de trabalho da sexta Diretoria, eleita para o período 1987-1989, destaca-se o propósito de aperfeiçoamento e continuidade de trabalho sistemático com outras associações da Sociedade Civil, em três níveis:

a) com a ANDE e o CEDES, na realização das CBEs;

b) com as instituições compuseram o Fórum de Educação em Defesa do Ensino Público e Gratuito para atuar junto ao Congresso Constituinte, a saber: ANDE, CEDES, ANPAE, ANDES, CPB, CGT, CUT, FASUBRA, FENOE, OAB, SBPC, SEAF, UBES E UNE;

c) com as instituições congêneres e de Pós-Graduação em outras áreas, tais como: ANPEC, ANPOCS, ANPEPP E ANPUH, entre outros".²⁷

Essa parceria é atuante nos dias atuais e seus desdobramentos encontram-se referidos nas últimas publicações da ANPEd, como a que registramos a seguir:

"O Fórum de entidades nacionais comprometidas com a defesa da escola pública é constituído por: ANDE, ANDES-SN, ANPAE, ANPEd, CBCE, CEDES, CGT, CNTE, CNTEEC, CONAM, CONRCFE, CONCED, CONTAG, CNRCFE, CRUB, CUT, FASUBRA, FBAPEF, FENAJ, FENASE, FENOE, OAB, SBF, SBPC, UBES, UNDIME, UNE. Entidades convidadas: AEC, CNBB, INEP".²⁸

a) A ANPEd na SBPC

A ANPEd, na SBPC, foi-se tornando, ano a ano, uma presença mais consolidada.

Recorremos à documentação que registra a trajetória da ANPEd, da qual transcrevemos alguns passos iniciais que são degraus para o momento presente:

"SBPC: Simpósios Multidisciplinares:

A SBPC aprovou a destinação de algumas tardes da semana de sua 39ª Reunião Anual para a realização de simpósios multidisciplinares, com a cooperação de especialistas de várias áreas do conhecimento.

Para a programação dessas atividades, estabeleceu-se, preliminarmente, solicitar às Sociedades Científicas sugestões de temas para os simpósios. Num segundo momento, essas sugestões circulariam entre as diversas sociedades filiadas à SBPC, a fim de garantir sejam os temas efetivamente tratados de maneira multidisciplinar.

Em dezembro p.p. já foi realizada uma primeira compatibilização e está prevista a realização de uma reunião da Comissão de Representantes, à qual a ANPEd integrou-se recentemente, para definir o programa de simpósios multidisciplinares. A ANPEd está fazendo gestões para que seja realizado um simpósio sobre Pós-Graduação na área de ciências sociais, tendo inclusive obtido recursos junto ao INEP que permitem viabilizá-lo".²⁹

Durante a 41ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a ANPOCS "realizou um encontro de Associações Científicas na área de Ciências Humanas para discutir sobre possíveis prioridades na formulação de uma política científica voltada para essa área do conhecimento.

O encontro realizou-se no dia 11 de julho e contou com a presença da Associação (...) (ABEP), Associação (...) (ANPEC), Associação (...) (ANPEd), Associação (...) (ANPUH), Sociedade (...) (SBS), além dos representantes da ANPOCS e de outros pesquisadores da área presentes.

Foi aberto com uma exposição (...) que colocou algumas questões relevantes para a implementação de uma efetiva política científica para a área das Ciências Sociais estrito senso. O debate que se seguiu permitiu verificar os pontos de convergência com as outras disciplinas presentes, bem como as especificidades de cada uma delas. O debate centrou-se, finalmente, numa discussão sobre a proposta de criação de Entidades de Pesquisa Associadas, circulada pela SBPC e já discutida em outros foros".³⁰

Nessa 41ª Reunião da SBPC, a ANPEd participou com dez atividades programadas, dentre as quais um Simpósio Multidisciplinar associado à ANPEPP e a ANPOCS.

b) Assembléia das Sociedades Científicas e a SBPC

Informando sobre a atuação da ANPEd junto à SBPC, na vigência da sétima e da oitava Diretorias (1989 - 1993) o Vice-Presidente da ANPEd nesse período, responsável pelo acompanhamento das atividades nessa área, faz uma síntese muito feliz sobre aquele momento:

"A inovação mais interessante do período (1989 - 1993) foi a abertura da SBPC (pelo Presidente que geriu a entidade à época). Criou-se a Assembléia das Sociedades Científicas para debater os rumos da Ciência e Tecnologia no País, de forma conjunta. Conseguimos (a ANPEd) ser reconhecidos como uma das entidades mais fortes da área de Humanas. O Presidente da ANPEd, em 1993, foi escolhido para ser membro do Conselho Político, enquanto representante das Associações Científicas da área de Humanas. Era um representante de cada área do conhecimento que constituía o Conselho Político, juntamente com o Presidente da SBPC".³¹

Encontramos registros de iniciativas anteriores das Sociedades Científicas, com vistas a esse trabalho cooperativo, do qual a ANPEd participou:

Queremos informar sobre a Comissão de Sociedades Científicas da SBPC, cuja primeira reunião teve lugar no dia 23 de setembro de 1986. Compunham a Comissão representantes de diferentes áreas do conhecimento: Área I - Ciências Aplicadas; Área II - Ciências do Homem; Área III - Matemática, Física e Química; Área IV - Ciências da Terra e do Universo; Área V - Ciências da Vida.³²

Efetivamente, porém, é na década de noventa que a ANPEd consolida uma parceria com a SBPC:

"Em reunião da Diretoria da ANPEd em São Paulo, por ocasião da posse, foram avaliadas as relações entre a ANPEd e a SBPC. A Diretoria deseja manter uma relação de cooperação com outras associações científicas, principalmente neste momento de crise por que passam a pesquisa e a produção científica no País, diante das atuais orientações governamentais. No entanto, esta relação deve ser de dupla mão, sobretudo no que diz respeito à SBPC, pois a ANPEd tem, ao longo das últimas gestões, proposto atividades nas Reuniões Anuais da SBPC, encontrando uma série de dificuldades para fortalecer sua presença frente à inexistência de um espaço mais amplo que contemple efetivamente a presença de outras associações científicas.

Em novembro, a Presidência e Vice-Presidência mantiveram entrevista com o (...) Presidente da SBPC e com o Secretário-Geral, (...) Coordenador da 44ª Reunião Anual, para avaliar e estabelecer novas perspectivas de relacionamento para o próximo ano.

Consideramos como fato mais promissor a participação da ANPEd na Assembléia das Sociedades Científicas, coordenada pela SBPC. Esse fórum tem-se reunido bimensalmente para avaliar e deliberar, em conjunto, a questão da pesquisa e ciência no país, estabelecer ações comuns, aprovar o regulamento da Reunião Anual da SBPC e, para o

próximo ano, dentre outras atividades, está sendo programado um grande evento para discutir a ciência e a pesquisa no Brasil.

A Diretoria está, no momento, examinando a forma de participação da ANPEd na próxima reunião da SBPC, a realizar-se em São Paulo, pois consideramos importante marcar uma presença qualificada, sob o ponto de vista acadêmico, ao propor nossas atividades, desde que estas disponham de um espaço relevante no interior do próprio evento".³³

A partir dessa Representação da ANPEd junto à SBPC, os trabalhos na área de Educação dessa Sociedade passaram a ser julgados (pela ANPEd) antes de apresentados na Reunião Anual; também, a ANPEd passou a ter uma agenda de atividades organizadas na Reunião Anual da SBPC.

No momento atual, a ANPEd reativa um trabalho sistemático no âmbito dessa parceria.

Do Relatório da Coordenadoria de Relações Institucionais (agosto de 1994 a junho de 1995), destacamos duas formas de atuação que vêm sendo constantes:

a) Participação nas reuniões das Assembléias das Sociedades Científicas, na sede da SBPC, em São Paulo. Nessas reuniões foram debatidos os seguintes assuntos:

- atuação do CNPq, com a presença de representantes da comunidade científica no CD - Conselho Deliberativo do CNPq;
- participação das sociedades científicas na Reunião Anual da SBPC, tendo em vista a recusa do CNPq em financiar as atividades daquelas sociedades que realizam suas Reuniões Anuais fora da reunião da SBPC (entre as quais a ANPEd);

- intermediação da SBPC na obtenção de financiamento para as atividades promovidas pelas sociedades científicas na Reunião Anual da SBPC, e a programação da reunião e problemas de organização;
- debate com o diretor científico da FAPESP sobre financiamento das atividades propostas pelas sociedades científicas para a Reunião Anual da SBPC.

b) Participação na Reunião Anual da SBPC em São Luís, Maranhão

- acompanhamento e encaminhamento das propostas dos GTs da ANPEd para simpósio e mesa-redonda, que foram aprovados;
- orientação dos proponentes nos pedidos de financiamento à FAPESP.

Para a seleção e elaboração de pareceres sobre as Propostas e Comunicações para a área de Educação na Reunião Anual da SBPC - 1995 - (em torno de quatrocentos trabalhos), a ANPEd contou com a colaboração de um grupo de professores da PUC/SP.³⁴

Com a criação da Assembléia das Sociedades Científicas, a ANPEd, como associada, vem participando regularmente das atividades de interesse do conjunto das sociedades científicas, reunidas em Assembléia ou a outro título. Questões de política científica e tecnológica têm predominado na pauta dessas reuniões/assembléias, particularmente a crise das agências de financiamento nos planos federal e estadual.

Além das sociedades indicadas acima, a ANPEd tem participado, por intermédio da Diretoria, de Congressos de caráter acadêmico, científico, e político de várias entidades nacionais e regionais.

A partir de 1993, quando é instituída, na Diretoria da ANPEd, a Comissão de Relações Institucionais, o trabalho com as Sociedades Científicas nacionais tem podido ser exercido de forma mais sistemática.

6. A ANPEd na Relação com as Agências de Fomento

O papel de mediação que a ANPEd desempenha junto às agências de fomento e os PPGEs - mesmo que em caráter não institucional - tem sido, da sua origem aos dias atuais, acompanhado de um esforço permanente para ganhar espaço e aperfeiçoar relações, desenvolvendo e ampliando formas de autonomia.

O papel ativo da ANPEd no início da década de 80, para a criação do Comitê Assessor, específico para a área de Educação no CNPq - efetivado em 1985 -, é um passo a ser destacado.

Outro registro, não menos significativo para a área, foi o ganho da Associação junto à CAPES relativamente à escolha do Presidente da Comissão de Consultores. A reivindicação da ANPEd para que a indicação fosse da Associação substituiu o procedimento anterior de "convite" unilateral da Diretoria da CAPES. Assim, em 1980, a escolha do Presidente da Comissão de Consultores foi efetivada com a indicação da ANPEd.

No presente, sabe-se que a ANPEd estabelece uma série de mediações com as agências nacionais de fomento à pesquisa e Coordenação da Pós-Graduação, cabendo-lhe papel específico junto às mesmas.

"A relação da comunidade científica com as agências (...) é feita normalmente através de comitês, comissões ou grupos assessores, formados por iniciativa das próprias agências e constituídos por professores e pesquisadores, em geral indicados pela comunidade da área respectiva."³⁵

O papel da ANPEd na constituição das comissões, comitês ou grupos é o de auxiliar na circulação de informações e de intercomunicações dos programas, visando a evitar a pulverização de indicações.

Os Comitês mais relacionados com a área de Educação são: CNPq - Comitê Assessor de Educação; CAPES - Comissão de Consultores para a área de Educação; INEP - Comitê de Pesquisas e Estudos, Comitê de Edições; FINEP - Grupo Assessor do Programa Integrado Educação e Sociedade.

Deve ser registrada, ainda, a participação da Diretoria da ANPEd como membro do grupo coordenador do Fórum "Educação e Produtividade" da FINEP (1994).

Esse assunto é fundamental para a vida da Associação e dos Programas, e por essa razão, para ser entendido com clareza, em seus detalhes, é fundamental ser lido o trabalho "Relação da comunidade científica com as agências de fomento à pesquisa e coordenação da Pós-Graduação" um dos itens de Avaliação e Perspectiva (1982-91).³⁶

A ANPEd vem-se fortalecendo, ano após ano, na realização de atividades próprias ao cumprimento de seus objetivos técnico-científicos e, sobretudo, no seu papel na representação dos profissionais e dos programas de pesquisa e Pós-Graduação em Educação.

Certamente que, para o cumprimento do amplo programa desenvolvido e o desempenho do papel que assume na comunidade acadêmico-científica da Educação no País, a ANPEd não pode prescindir do concurso das agências nacionais de fomento à pesquisa e à Pós-Graduação.

Ao longo de sua história, a ANPEd tem recebido de CNPq, FINEP, CAPES e INEP, principalmente, o apoio valioso para subsidiar Reuniões Anuais, fomento a intercâmbio, Encontros Regionais, publicação,